

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVA OBJETIVA P₂ -- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

ANALISTA FAZENDÁRIO

QUESTÃO 1

A Lei n.º 14.133/2021 trouxe muitas novidades. Pode-se dizer que há com esse estatuto um novo modelo de gestão nas aquisições públicas. Esse novo modelo transcende diversas áreas da organização, ressalta pontos, que mesmo existentes, estavam obscuros.

Madeline Rocha Furtado. Lei n.º 14.133/2021: firmando os passos a caminho da melhoria do processo. Internet: <www.novaleilicitacao.com.br> (com adaptações).

Assinale a opção correta em relação à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021).

- Ⓐ Na aplicação dessa lei, devem-se observar os princípios nela descritos bem como as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- Ⓑ A referida lei estabelece normas gerais e específicas no que concerne às licitações e contratos administrativos para a União, os estados, o DF e os municípios.
- Ⓒ Por integrarem poderes independentes, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário não estão abrangidos pelos dispositivos dessa lei.
- Ⓓ As empresas públicas e sociedades de economia mista submetem-se às disposições desse normativo legal.
- Ⓔ Essa lei não se aplica aos serviços de arquitetura e engenharia.

QUESTÃO 2

A implementação da Lei n.º 14.133/2021, conhecida como Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC), representa um marco significativo para diversos órgãos públicos em todo o país, impulsionando mudanças nas compras governamentais. Com o passar dos anos desde a sua vigência, a experiência de servidores responsáveis pelas aquisições e contratações de seus órgãos e entidades reflete o impacto positivo e os desafios enfrentados na adaptação a essa nova legislação.

Internet: <www.gov.br> (com adaptações).

Considerando o previsto na Lei n.º 14.133/2021, assinale a opção correta.

- Ⓐ A forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato mediante aplicação do índice de correção monetária previsto no respectivo instrumento denomina-se repactuação.
- Ⓑ Na contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, é permitido o compartilhamento simultâneo de recursos materiais disponíveis com outros contratos.
- Ⓒ O contrato de eficiência tem por objetivo proporcionar economia ao contratante mediante redução de despesas com remuneração ao contratado baseada no percentual da economia gerada.
- Ⓓ Denomina-se sobrepreço o dano ao patrimônio da administração pública caracterizado por alterações no orçamento das obras que acarretem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado.
- Ⓔ Credenciamento é a modalidade de licitação na qual a administração pública seleciona interessados em prestar serviços ou fornecer bens, conforme os requisitos previstos no edital.

QUESTÃO 3

Juliana Schvenger, consultora do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) do Paraná, relata que gestores públicos têm procurado a rede para conseguir mais capacitação. “Há uma grande demanda dos servidores com relação à própria legislação e ao uso de plataformas, então surgiu a ideia de ter um curso”, diz.

Internet: <www.gov.br> (com adaptações).

Assinale a opção correta à luz do que dispõe a Lei de Licitações e Contratos Administrativos acerca dos agentes públicos.

- Ⓐ Terceiro que integre a equipe de apoio na condição de profissional especializado para auxiliar a condução da contratação pode participar da execução do contrato, desde que indiretamente.
- Ⓑ O agente de contratação, designado pela autoridade competente para conduzir a licitação, deve ser servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da administração pública.
- Ⓒ Na licitação que envolva serviços especiais, o agente de contratação pode ser substituído pela comissão de contratação, cujos membros respondem solidariamente pelos atos praticados, independentemente de posição individual divergente ainda que fundamentada e registrada em ata na reunião em que foi tomada a decisão.
- Ⓓ O agente público designado para exercer função essencial à execução dessa lei deve ser servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da administração pública.
- Ⓔ O agente público pode ser designado para atuar, de forma simultânea, em até três funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a ocorrência de fraudes na contratação.

QUESTÃO 4

O governo do Paraná publicou, em janeiro de 2022, o Decreto n.º 10.086/2022, que regulamenta, no âmbito estadual, a nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 14.133/2021). Trata-se do primeiro estado a regulamentar o novo marco legal das contratações públicas no Brasil.

Internet: <www.novaleilicitacao.com.br> (com adaptações).

Assinale a opção correta com base nas disposições do Decreto estadual n.º 10.086/2022.

- Ⓐ O princípio do parcelamento referente à aquisição de bens será adotado em processo de padronização ou de escolha de marca que conduza a fornecedor exclusivo.
- Ⓑ Em contrato de prestação de serviços, o objeto contratado será recebido, provisoriamente, mediante termo sumário, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização.
- Ⓒ Em se tratando de compras, o objeto contratado será recebido, mediante termo detalhado, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.
- Ⓓ Diante de uma compra, locação ou comodato de bens, deverão ser considerados, no estudo técnico preliminar (ETP), os custos e os benefícios de cada opção, com a indicação da alternativa mais vantajosa.
- Ⓔ Caso o bem a ser contratado tenha caráter complexo, ele deverá ser enquadrado como bem especial, em razão de características técnicas especializadas.

QUESTÃO 5

A regulamentação estabelecida por meio do Decreto estadual n.º 10.086/2022 prevê que as contratações realizadas pelos órgãos estaduais devem ser planejadas e projetadas centradas no desenvolvimento sustentável. A ideia é que haja um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, a preservação do meio ambiente, o respeito à cultura e a democratização das políticas públicas.

Internet: <www.novaleilicitacao.com.br> (com adaptações).

De acordo com o que dispõe o Decreto estadual n.º 10.086/2022 acerca do orçamento estimativo para contratação, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em respeito ao princípio da publicidade, o orçamento estimado da contratação não poderá ter caráter sigiloso.
- Ⓑ A estimativa orçamentária poderá ser realizada mediante pesquisa de preços praticados em contratações similares realizadas pela administração pública, mediante sistema de registro de preços, em execução ou concluídas no período máximo de seis meses anteriores à data da pesquisa.
- Ⓒ O único método admitido para a obtenção do valor estimado da contratação é a média aritmética entre os valores coletados.
- Ⓓ Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, deve-se conferir um prazo de resposta compatível com a complexidade do objeto a ser contratado, o qual não deverá ser inferior a cinco dias úteis.
- Ⓔ A estimativa orçamentária realizada mediante pesquisa direta de preços com fornecedores somente será admitida se a data dos preços não ultrapassar um ano da data da divulgação do edital.

QUESTÃO 6

Na avaliação do secretário-executivo do Ministério dos Transportes, a combinação de uma carteira robusta, regras mais claras e maior participação do mercado financeiro transformou as concessões em parcerias estratégicas para o Estado.

Internet: <www.infomoney.com.br> (com adaptações).

Assinale a opção correta de acordo com as disposições da Lei de Concessões (Lei n.º 8.987/1995).

- Ⓐ A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo poder concedente, devendo o seu valor ser preservado pelas regras de revisão previstas no contrato firmado entre as partes.
- Ⓑ Considera-se concessão de serviço público a delegação que não seja precedida da execução de obra pública, podendo ser realizada mediante licitação na modalidade pregão eletrônico.
- Ⓒ A concessão de serviço público precedida de execução de obra pública, deverá, em razão da complexidade envolvida, ser sempre delegada a um consórcio de empresas que demonstre capacidade para sua realização.
- Ⓓ O serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, pressuposto de toda concessão, satisfaz a condição de atualidade, que abrange, por exemplo, a modernidade das técnicas, melhoria e expansão dos serviços.
- Ⓔ O inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade, é motivo para a interrupção do serviço concedido, podendo iniciar-se no dia imediato à constatação da situação.

QUESTÃO 7

Vereadores de um município brasileiro defenderam a caducidade dos contratos de concessão dos cemitérios municipais à iniciativa privada, após denúncias de abusos, má aplicação de serviços e não cumprimento dos contratos.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com o disposto na Lei n.º 8.987/1995 a respeito da extinção das concessões.

- Ⓐ Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais identificados, sendo-lhe concedido prazo para a correção das falhas e das transgressões apontadas.
- Ⓑ A extinção da concessão por caducidade decorre do transcurso do prazo de vigência estabelecido no contrato celebrado entre as partes.
- Ⓒ O contrato de concessão poderá ser rescindido administrativamente, por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente.
- Ⓓ A instauração de processo falimentar em face da concessionária acarretará de imediato a extinção da concessão.
- Ⓔ A extinção da concessão por encampação resulta na retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de inexecução contratual.

QUESTÃO 8

Alguns serviços são típicos do Estado; outros, ao contrário, podem ter sua execução delegada a pessoas privadas, e é nessa hipótese que aparecem as formas de delegação do serviço público — a concessão e a permissão.

José dos Santos Carvalho Filho. A contradição da Lei n.º 8.987/95 quanto à natureza da permissão de serviços públicos. In: Revista de Direito do Ministério Público, Rio de Janeiro, (5), 1997, p. 92-96 (com adaptações).

Assinale a opção correta no que se refere à permissão de serviços públicos, com base no disposto na Lei n.º 8.987/1995.

- Ⓐ A revogação do contrato de permissão, que só pode ocorrer pelo descumprimento devidamente evidenciado de suas cláusulas pelo permissionário, será realizada por via administrativa.
- Ⓑ A delegação, a título precário, da prestação de serviços públicos dispensa a realização de licitação.
- Ⓒ A permissão de serviços públicos é realizada pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para a prestação dos serviços, por sua conta e risco.
- Ⓓ A permissão é formalizada por meio de um contrato paritário, com prazo extenso e determinado, visando manter a estabilidade nas relações entre o poder concedente e o permissionário.
- Ⓔ A permissão de serviços públicos é um ato vinculado e estável, sendo bilateral a revogabilidade do contrato.

QUESTÃO 9

A Constituição Federal de 1988 trouxe, pela primeira vez na história constitucional brasileira, a menção expressa ao dever de licitar, incluído no inciso XXI do art. 37, que trata dos princípios e normas gerais da administração pública.

Internet: <www12.senado.leg.br/publicacoes> (com adaptações).

No que diz respeito aos fundamentos constitucionais da licitação, assinale a opção correta.

- Ⓐ O princípio da legalidade tem supremacia sobre os demais princípios administrativos, em razão de sua função orientadora na aplicação de outros princípios, pois nenhuma ordem ou ato administrativo pode infringir a lei.
- Ⓑ O tratamento preferencial aplicado às microempresas e empresas de pequeno porte em procedimentos licitatórios afronta o princípio da isonomia, que assegura igualdade de condições a todos os concorrentes.
- Ⓒ O princípio da economicidade visa ao alcance do melhor custo-benefício por meio da obtenção do menor preço nos processos licitatórios.
- Ⓓ A instauração de procedimento licitatório é a regra geral para a celebração de contratos pela administração pública.
- Ⓔ Exigências de qualificação técnica e econômica, ainda que indispensáveis à garantia do cumprimento do objeto, contrariam o princípio da competitividade, que rege o certame licitatório.

QUESTÃO 10

Os contratos administrativos são instrumentos utilizados pelo poder público na hora de fazer a contratação de um objeto por meio de licitação. Esse tipo de contrato é um pouco diferente daqueles comuns do direito civil, pois concede ao poder público algumas prerrogativas excepcionais.

Internet: <www.portaldecompraspublicas.com.br> (com adaptações).

Acerca das características dos contratos administrativos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Cláusulas exorbitantes são prerrogativas conferidas à administração pública em contratos administrativos, atribuindo-lhe poderes inexistentes nos contratos privados, em face da supremacia do interesse público sobre o particular.
- Ⓑ A natureza dos contratos administrativos é paritária, visto que suas cláusulas são negociadas entre a administração pública e os prestadores de serviços.
- Ⓒ Os contratos administrativos têm natureza *intuitu personae*, que comporta obrigações pessoais, intransferíveis que não podem ser cumpridas por terceiros, sendo vedada a subcontratação total ou parcial do seu objeto.
- Ⓓ Em razão do caráter comutativo dos contratos administrativos, a administração pública não ocupa uma posição de supremacia em face do particular contratado.
- Ⓔ A forma prescrita em lei para a formalização de contratos administrativos não é requisito essencial para o aperfeiçoamento da relação contratual.

Texto 2A1

É necessário que o instrumento contratual estabeleça, de forma clara e precisa, as condições para a execução do objeto, definindo os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e os da proposta vencedora.

Internet: <<https://licitacoesecontratos.tcu.gov.br>> (com adaptações).

QUESTÃO 11

A partir das informações do texto 2A1, assinale a opção correta a respeito da formalização contratual.

- Ⓐ O foro competente para dirimir qualquer questão em contratos para aquisição de bens e serviços firmados por unidades administrativas com sede no exterior será o foro da sede da administração pública, sem exceção.
- Ⓑ Os contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão conter critério de reajustamento de preços por repactuação, observado o interregno mínimo de um ano, mediante comprovação analítica da variação dos custos.
- Ⓒ O instrumento de contrato é obrigatório em todas as contratações diretas decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação.
- Ⓓ O licitante remanescente regularmente convocado que não assinar o contrato estará sujeito somente às penalidades legalmente previstas.
- Ⓔ Por constituir ato acessório, a prorrogação do prazo de vigência contratual não demandará a comprovação da regularidade fiscal do contratado.

QUESTÃO 12

Considerando inicialmente as informações do texto 2A1, assinale a opção correta em relação às garantias contratuais.

- Ⓐ A garantia prestada em espécie pelo contratado será liberada após a fiel execução do contrato e atualizada monetariamente.
- Ⓑ A administração pública deve indicar no instrumento convocatório a modalidade de garantia a ser prestada pelo fornecedor, bem como o percentual em face do valor a ser contratado.
- Ⓒ O edital fixará prazo mínimo de um mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para o contratado prestar a garantia, independentemente da modalidade pela qual tenha optado.
- Ⓓ Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a um ano, assim como nas prorrogações subsequentes, será utilizado o índice de correção de preços previsto no contrato para atualização do valor da garantia.
- Ⓔ Em caso de suspensão do contrato por ordem da administração pública, o contratado deverá manter vigente a garantia prestada até a ordem de reinício da execução.

QUESTÃO 13

Tendo como referência inicial o texto 2A1, assinale a opção correta com base no que dispõem a Lei n.º 14.133/2021 e o Decreto estadual n.º 10.086/2022 a respeito das alterações nos objetos contratuais.

- A** O contratado não está obrigado a aceitar supressões unilaterais realizadas pela administração pública quando houver modificação do projeto, devendo haver negociação entre as partes para o alcance do patamar que mantenha o equilíbrio contratual.
- B** É vedada a efetivação de acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, em decorrência de alteração unilateral da ata pela administração pública para melhor adequação técnica a seus objetivos.
- C** Acréscimo ou supressões qualitativas podem ultrapassar os limites estabelecidos na Lei de Licitações e Contratos.
- D** Nos aditivos em contratos, é regular proceder a um acréscimo de 25% ou a uma supressão no mesmo percentual, a ser calculado com base no valor atual do contrato, com vistas a retornar o equilíbrio inicial do contrato.
- E** Nas alterações unilaterais pela administração pública, o limite legal para acréscimo de contratos de reforma de edifício ou de equipamentos é de até 25% do valor atualizado do contrato.

QUESTÃO 14

A aplicação de penalidades em licitação ganhou contornos mais técnicos, proporcionais e fundamentados com a chegada da Lei n.º 14.133/2021. Um dos principais destaques é a ênfase na dosimetria das penalidades, ou seja, na necessidade de calibrar as sanções de forma proporcional e justa, considerando as circunstâncias específicas de cada caso.

Internet: <<https://conlicitacao.com.br>> (com adaptações).

Assinale a opção correta em relação às sanções administrativas, conforme a doutrina e o disposto na Lei de Licitações e Contratos.

- A** A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar impede o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo máximo de três anos.
- B** O envio à empresa contratada da notificação de infração sujeita à sanção de advertência já configura sua aplicação, independentemente de qualquer manifestação da interessada.
- C** As sanções administrativas aplicadas ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na referida lei têm aplicações individualizadas e específicas para cada infração cometida, não sendo possível a aplicação cumulativa de sanções.
- D** A aplicação de sanções administrativas tem dupla finalidade: a educativa, com vistas a demonstrar que a conduta de cometer um ato ilícito não será admitida; e a de caráter repressivo, com vistas a reparar os prejuízos sofridos pela administração pública.
- E** De acordo com a referida lei, a aplicação de sanções administrativas decorre do cometimento de infrações restritas ao âmbito da execução contratual.

QUESTÃO 15

Não há direito líquido e certo à prorrogação de contrato celebrado com o poder público. Com esse entendimento, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) negaram pedidos feitos em dois mandados de segurança (MS 26.250 e 27.008) impetrados contra acórdãos do Tribunal de Contas da União que determinaram a não prorrogação de contratos administrativos.

Internet: <www.oabpe.org.br> (com adaptações).

No que diz respeito à prorrogação do prazo de vigência e execução dos contratos administrativos, assinale a opção correta.

- A** O prazo de vigência de uma contratação que previr contratação por escopo predefinido será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.
- B** É cabível a celebração de termo aditivo para a alteração do objeto aprovado com a finalidade de efetuar pagamentos de serviços efetivamente prestados durante o contrato, mesmo após o encerramento da sua vigência.
- C** A celebração de contratos e termos aditivos deve ser formalizada por escrito, não se admitindo o formato eletrônico, bem como o caráter sigiloso de seus termos.
- D** O prazo de execução contratual corresponde ao período de tempo destinado à realização do objeto contratado e ao cumprimento das obrigações acessórias, tais como garantias.
- E** Os contratos de serviços e de fornecimentos contínuos tem vigência inicial de dez anos, desde que a autoridade competente ateste maior vantagem econômica na contratação plurianual.

QUESTÃO 16

Considere que a lei orçamentária anual (LOA) seja publicada e que sejam observadas as normas de execução orçamentária e de programação financeira. Nessa situação, a execução financeira corresponde

- A** ao processo de auditoria sobre as demonstrações contábeis.
- B** ao processo de definição de estratégias de longo prazo para o orçamento público.
- C** ao conjunto de atividades voltadas à arrecadação de tributos e contribuições sociais.
- D** à materialização, em termos de ingressos e do desembolso efetivo de recursos monetários, das decisões previamente planejadas.
- E** ao acompanhamento exclusivo das despesas de capital.

QUESTÃO 17

A execução financeira integra o ciclo de gestão dos recursos nas organizações e envolve procedimentos relacionados à utilização dos meios financeiros disponíveis. Um dos objetivos centrais da execução financeira nas organizações é

- A** manter a contabilidade voltada exclusivamente à apuração de tributos.
- B** garantir que o uso dos recursos financeiros ocorra de forma alinhada ao planejamento, preservando liquidez e solvência.
- C** substituir o planejamento orçamentário, reduzindo o nível de formalização da organização.
- D** eliminar totalmente a necessidade de monitoramento posterior.
- E** priorizar a maximização do lucro, considerando os riscos.

QUESTÃO 18

Caso uma organização pretenda projetar a necessidade de capital de giro para os próximos 12 meses, ela deverá utilizar, preferencialmente,

- Ⓐ o balanço de abertura do exercício.
- Ⓑ a demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- Ⓒ a demonstração do resultado abrangente.
- Ⓓ um fluxo de caixa projetado, associado a um orçamento de curto prazo.
- Ⓔ a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados.

QUESTÃO 19

Uma autarquia estadual está elaborando seu plano plurianual (PPA) e os orçamentos anuais subsequentes. A diretoria financeira da autarquia argumenta que, uma vez aprovados o PPA, a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e a lei orçamentária anual (LOA), não haverá necessidade de um planejamento financeiro específico, pois o orçamento já endereça todas as questões de fluxo de caixa e de *funding*.

À luz da teoria de planejamento financeiro, a posição da diretoria financeira da autarquia na situação hipotética precedente está

- Ⓐ incorreta, pois o planejamento financeiro é atribuição exclusiva da unidade de auditoria interna, e não da área financeira.
- Ⓑ incorreta apenas caso a autarquia seja superavitária, já que, em caso de déficit, o orçamento é suficiente.
- Ⓒ incorreta, pois o orçamento autoriza gastos e não substitui a necessidade de projeções de caixa, gestão de capital de giro e avaliação de fontes de financiamento.
- Ⓓ correta, pois o orçamento é, por definição, um planejamento financeiro detalhado de caixa, e elimina a necessidade de instrumentos adicionais.
- Ⓔ correta apenas caso a autarquia não tenha receitas próprias e dependa exclusivamente de transferências orçamentárias.

QUESTÃO 20

Um hospital público universitário vem registrando atrasos frequentes a fornecedores e servidores terceirizados, sendo uma nova gestora financeira designada para reorganizar a situação. Como primeira providência, ela decidiu realizar as seguintes atividades, na ordem a seguir disposta:

- levantar o estoque de obrigações já assumidas e não pagas;
- projetar as entradas de recursos (transferências, convênios, receitas próprias) para os próximos 12 meses;
- definir prioridades de pagamento, considerando risco de interrupção de serviços essenciais;
- propor cenários alternativos (otimista, base, pessimista) para diferentes níveis de repasse orçamentário;
- estabelecer indicadores de monitoramento (dias de atraso médio, giro de fornecedores etc.).

Na situação hipotética apresentada, a sequência adotada pela nova gestora financeira corresponde à ordem clássica

- Ⓐ das etapas típicas do ciclo de auditoria externa.
- Ⓑ das fases de execução da despesa pública (empenho, liquidação e pagamento).
- Ⓒ das etapas do processo de planejamento financeiro: diagnóstico, projeção, priorização, análise de cenários e monitoramento.
- Ⓓ dos modos de contabilização de restos a pagar não processados.
- Ⓔ dos procedimentos obrigatórios do tribunal de contas para inspeção *in loco*.

QUESTÃO 21

Uma empresa pública de saneamento, sob forte pressão para expandir investimentos em infraestrutura, define como objetivo estratégico ampliar a cobertura de esgoto em áreas vulneráveis. A área financeira da empresa, porém, elabora um planejamento que (i) fixa como meta principal reduzir drasticamente o endividamento; (ii) limita as novas captações a valores inferiores às necessidades de investimento estimadas; e (iii) não considera mecanismos de *funding* de longo prazo.

Considerando-se a situação hipotética precedente e aspectos relativos ao planejamento financeiro, é correto concluir que a maior fragilidade do planejamento elaborado pela área financeira da referida empresa é o fato de ele

- Ⓐ deixar de incluir metas de rentabilidade.
- Ⓑ priorizar objetivos de longo prazo em detrimento dos indicadores de liquidez de curto prazo.
- Ⓒ basear-se em fontes de financiamento de longo prazo, que aumentam o risco de liquidez.
- Ⓓ desconsiderar a relação entre a estrutura de financiamento proposta e a viabilidade dos objetivos estratégicos de expansão, podendo gerar conflito entre metas financeiras e metas de serviço.
- Ⓔ focar a redução do endividamento, o que é incompatível com qualquer forma de investimento.

QUESTÃO 22

Uma empresa pública de tecnologia da informação estruturou um sistema de controle orçamentário com as seguintes práticas: (i) comparação mensal entre valores orçados e realizados por centro de custo; (ii) análise das variações significativas, acompanhada de justificativa dos gestores; (iii) registro das decisões corretivas em ata de comitê e ajustes nas projeções para os meses seguintes.

No que concerne a monitoramento e controle financeiro, as práticas listadas na situação hipotética apresentada caracterizam

- Ⓐ um mecanismo informal de controle, sem relevância para a execução financeira.
- Ⓑ um sistema de controle orçamentário típico, associado a mecanismos de governança e de *accountability*.
- Ⓒ um conjunto de práticas que deveria ser restrito ao setor privado, inadequado a empresas públicas.
- Ⓓ apenas um procedimento contábil de escrituração, sem impacto na gestão.
- Ⓔ um processo de auditoria externa independente, legalmente obrigatório.

QUESTÃO 23

No âmbito da gestão e dos métodos de controle financeiro, são adotados procedimentos voltados ao acompanhamento e à verificação da correta movimentação dos recursos. Nesse sentido, a conciliação bancária tem como principal finalidade

- Ⓐ garantir a aderência entre registros contábeis e movimentação bancária, aumentando a confiabilidade das informações financeiras.
- Ⓑ eliminar a necessidade de auditorias internas periódicas.
- Ⓒ autorizar automaticamente o pagamento de todas as despesas identificadas.
- Ⓓ permitir a reclassificação de despesas de capital como despesas correntes.
- Ⓔ substituir o controle orçamentário por um controle de caixa.

QUESTÃO 24

Em um órgão público, a área de finanças adotou o seguinte indicador-chave de desempenho (KPI) para os gestores de unidades: “porcentagem de execução da dotação orçamentária autorizada (despesa empenhada/dotação) — meta: $\geq 95\%$ ”. Entretanto, na prática, observou-se que, no último trimestre do exercício, várias unidades do órgão passaram a empenhar despesas sem clareza de necessidade real, apenas para “cumprir a meta de execução”, gerando restos a pagar elevados e dificuldades de caixa no início do exercício seguinte.

Na situação hipotética precedente, o KPI adotado pelo órgão é inadequado no que concerne a monitoramento e controle financeiro porque ele

- Ⓐ só poderia ser utilizado em entidades privadas, e não em órgãos públicos.
- Ⓑ mede apenas o aspecto financeiro, ignorando a execução física das metas.
- Ⓒ é incompatível com a legislação orçamentária brasileira, que veda o uso de indicadores de execução orçamentária.
- Ⓓ impede o uso de restos a pagar, o que é contrário à boa prática internacional de controle financeiro.
- Ⓔ estimula comportamentos potencialmente disfuncionais ao incentivar a maximização de empenhos sem considerar aderência à necessidade e à capacidade de pagamento.

QUESTÃO 25

Uma empresa pública de infraestrutura criou um mapa de riscos financeiros, identificando, entre outros, risco de insuficiência de liquidez para honrar dívidas no curto prazo; risco de variação de taxas de juros em contratos indexados; e risco de inadimplência de contraparte em contratos de concessão. Para integrar o monitoramento financeiro com a gestão de riscos, a área de controladoria propôs as seguintes ações:

- definir indicadores-chave de risco (KRI), como “projeção de caixa negativa em janelas de 90 dias” e “percentual de contratos com taxa pós-fixada acima de determinado limite”;
- estabelecer limites de tolerância (apetite a risco) para cada indicador;
- vincular alertas do sistema financeiro à agenda de um comitê de riscos e finanças, que deliberará ajustes (*hedge*, renegociação, revisão de *mix* de *funding*).

Considerando a situação hipotética apresentada, bem como aspectos relativos a monitoramento, controle financeiro e gestão de risco financeiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ A área de controladoria equivocou-se em propor a definição de apetite a risco, pois ela é inadequada para empresas públicas.
- Ⓑ As medidas propostas pela área de controladoria caracterizam gestão de riscos, mas não se relacionam ao monitoramento financeiro.
- Ⓒ Das medidas propostas pela área de controladoria, apenas a criação de KRIs tem natureza de controle; limites de tolerância e comitês são elementos de governança, sem reflexo financeiro.
- Ⓓ As medidas propostas pela área de controladoria exemplificam a integração entre monitoramento financeiro e gestão de riscos, sendo os riscos mapeados transformados em indicadores acompanháveis e decisões de ajuste.
- Ⓔ A última medida proposta pela área de controladoria está inadequada, pois monitoramento financeiro não deve envolver comitês, para não politizar a gestão.

QUESTÃO 26

Em determinado banco de médio porte, a governança de gestão de riscos está estruturada de modo que a área de gerenciamento de riscos está subordinada ao diretor comercial, que também responde pelas principais carteiras de crédito, concentrando decisões de negócios e de risco. Além disso, a área de riscos não possui acesso direto ao comitê de auditoria ou ao conselho de administração, encaminhando seus relatórios exclusivamente por meio da diretoria comercial. Nesse banco, um evento de risco operacional resultou em perda financeira relevante, acima do limite definido na política interna como “significativo”, mas a diretoria decidiu não reportar formalmente o evento ao Banco Central, por entender que o problema havia sido “pontual e já resolvido”. A auditoria interna, ao revisar o caso, identificou fragilidades na segregação de funções, bem como ausência de documentação sobre o processo decisório que levou à não comunicação do evento ao regulador.

A partir da situação hipotética precedente, assinale a opção correta, com base nas boas práticas de governança e no modelo das três linhas.

- Ⓐ A única falha está na ausência de documentação sobre o processo decisório; nem a independência da área de riscos nem o reporte de eventos significativos são exigências explícitas nas normas prudenciais, sendo apenas recomendações de mercado.
- Ⓑ Apenas a falta de reporte ao Banco Central configura problema; a subordinação da área de riscos ao diretor comercial é compatível com o modelo das três linhas, desde que haja diretrizes do conselho de administração aprovando tal estrutura.
- Ⓒ Não há falhas relevantes de governança, pois a existência de políticas internas e a atuação da auditoria interna como terceira linha são suficientes para demonstrar conformidade regulatória, independentemente da forma de reporte.
- Ⓓ A estrutura da governança de riscos do banco em apreço está alinhada às boas práticas, pois a proximidade entre risco e negócios aumenta a agilidade; além disso, o reporte ao Banco Central é discricionário, e a auditoria interna não deve questionar decisões da diretoria.
- Ⓔ Há quebra do modelo das três linhas, pois a função de risco, ao se subordinar ao diretor comercial, perde independência; além disso, a decisão de não reportar evento significativo de risco operacional ao regulador contraria as normas de supervisão prudencial, cabendo à auditoria interna registrar a ocorrência como falha grave de governança.

QUESTÃO 27

Uma instituição financeira de grande porte está revisando sua estrutura de mensuração e *stress testing* para risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB). Para tanto, a equipe técnica propõe que a instituição

- I *measure*, no módulo de risco de mercado, a exposição apenas das posições ativas classificadas no *trading book*, excluindo passivos, derivativos e posições cambiais mantidas no *banking book*, pois a equipe técnica entende que “risco de mercado está associado somente a ativos” e que as demais posições seriam tratadas no risco de crédito ou de liquidez.
- II utilize, no âmbito do IRRBB, derivativos de taxa de juros (*swaps* e opções) como instrumentos de *hedge* da exposição estrutural do *banking book*, incorporando-os aos modelos de mensuração sob cenários de choques paralelos e não paralelos na curva de juros, bem como em exercícios de teste de estresse reverso.
- III implemente um programa de *reverse stress testing* focado em risco de mercado e IRRBB, partindo de situações como “cenário em que o banco viola limites internos de perda econômica em EVE (*economic value of equity*) ou de queda de NII (*net interest income*)”, e trabalhando retrospectivamente as combinações de choques de taxas de juros, de *spreads*, de liquidez e de *basis* que poderiam produzir tais resultados.

Considerando a situação hipotética precedente e as boas práticas de gestão de riscos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas a proposta I está alinhada às boas práticas de gestão de riscos, pois o foco em posições ativas do *trading book* é o núcleo do risco de mercado, enquanto derivativos e IRRBB devem ser tratados separadamente como risco de modelo.
- Ⓑ A proposta I está correta, pois limita a complexidade do modelo; a proposta II está equivocada, já que derivativos não devem ser utilizados no gerenciamento do IRRBB em função da volatilidade que introduzem; e a proposta III é desnecessária, pois o teste de estresse reverso não é contemplado nos padrões de Basileia.
- Ⓒ As propostas II e III estão alinhadas às boas práticas internacionais de gestão de riscos; já a proposta I é incompatível com o escopo de risco de mercado, pois exclui posições passivas, derivativos e certas posições do *banking book* sujeitas a variações de mercado.
- Ⓓ As três propostas estão incorretas, pois o IRRBB não admite o uso de derivativos como *hedge*, além de o *reverse stress testing* ser um instrumento aplicável apenas a risco de crédito.
- Ⓔ As três propostas estão corretas, pois o foco da gestão de risco bancária está nos riscos de mercado no *trading book*, ficando IRRBB e derivativos fora do escopo prudencial.

QUESTÃO 28

Uma agência de desenvolvimento regional, sob forte pressão para ampliar investimentos, adota as seguintes práticas de gestão de despesas: (i) fixar tetos de gastos por unidade administrativa, calculados apenas com base em históricos de despesa corrigidos pela inflação; (ii) autorizar automaticamente solicitações de despesa, desde que a unidade não tenha ultrapassado seu teto; (iii) não vincular o processo de autorização de despesa às prioridades estratégicas definidas no plano plurianual da entidade.

No que se refere à gestão de despesas na execução financeira, o principal problema técnico das práticas adotadas pela agência da situação hipotética precedente é

- Ⓐ a ausência de mecanismos que vinculem a autorização de despesas à estratégia, levando a uma lógica de gasto incremental, pouco alinhada à eficiência alocativa e à avaliação de custo-benefício.
- Ⓑ a falta de tetos específicos para despesas de capital, que deveriam sempre ser ilimitadas em uma agência de desenvolvimento.
- Ⓒ o uso de históricos de despesa, que sempre conduz à subexecução orçamentária.
- Ⓓ o fato de os tetos serem definidos por unidade administrativa e não por natureza de despesa, o que é vedado pela teoria orçamentária.
- Ⓔ o uso da inflação como parâmetro de correção, que é incompatível com qualquer forma de planejamento financeiro.

QUESTÃO 29

Uma fundação pública de ensino superior apresenta o seguinte quadro: elevado volume de despesas empenhadas no primeiro semestre, com liquidação e pagamento concentrados no final do exercício; baixo controle sobre a abertura de restos a pagar, que acabam sendo rolados de um exercício para outro; ausência de integração entre o módulo orçamentário (empenho) e o módulo de gestão de caixa.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que, no que diz respeito à execução de despesas e à gestão financeira, a situação da fundação em apreço

- Ⓐ é compatível com as boas práticas de gestão financeira, desde que os empenhos não sejam anulados.
- Ⓑ demonstra excelência de gestão, pois maximiza a execução orçamentária, independentemente da liquidação.
- Ⓒ é problemática, pois a concentração de liquidações e pagamentos no fim do exercício, somada à falta de controle de restos a pagar e à não integração com o caixa, aumenta o risco de desequilíbrio financeiro e de descumprimento de obrigações.
- Ⓓ é adequada, pois a antecipação de empenhos garante o cumprimento do princípio da anterioridade da despesa.
- Ⓔ é adequada, já que restos a pagar são apenas registros contábeis sem efeito de caixa.

QUESTÃO 30

Um banco de desenvolvimento analisa um projeto de investimento com base nas seguintes ferramentas: (i) demonstração do fluxo de caixa (DFC) projetada para 10 anos, com destaque para o fluxo de caixa livre do projeto; (ii) cálculo do valor presente líquido (VPL) e da taxa interna de retorno (TIR); (iii) simulações de cenários alternativos (aumento de custos, atraso na entrada de receitas) com impacto sobre o VPL; (iv) cálculo de indicadores de cobertura do serviço da dívida (DSCR – *debt service coverage ratio*).

Considerando a situação hipotética precedente, assinale a opção correta, à luz dos métodos e das ferramentas de análise financeira.

- A** Indicadores de cobertura da dívida são substituíveis pelos índices de liquidez corrente, que são suficientes para avaliar projetos.
- B** As ferramentas utilizadas são inadequadas, pois métodos de valor presente não são recomendados para projetos públicos.
- C** A combinação das quatro ferramentas resulta em um conjunto sofisticado e adequado de ferramentas de análise financeira.
- D** O banco de desenvolvimento deveria utilizar exclusivamente o lucro líquido contábil, que é o principal critério para análise de projetos.
- E** O uso de cenários alternativos é incompatível com a abordagem de VPL e TIR.

QUESTÃO 31

Na evolução da administração pública, o modelo racional-legal representou um avanço no que se refere à impessoalidade, atualmente um princípio da administração pública no Brasil. Considerando o contexto da evolução da administração pública, assinale a opção em que são apresentadas características da administração pública no modelo racional-legal.

- A** valor público e otimização da eficiência
- B** inovação e foco em resultados
- C** regras e procedimentos formais
- D** descentralização e flexibilidade
- E** orientação ao cidadão e direcionamento para o mercado

QUESTÃO 32

O combate às desigualdades através do acesso a serviços públicos envolve fortalecer áreas essenciais como saúde, educação e assistência social, garantindo que todos, especialmente os mais vulneráveis, tenham acesso equitativo e de qualidade.

Na administração pública, o modelo político, econômico e social que visa promover o combate às desigualdades sociais e o acesso aos serviços públicos à população corresponde ao Estado

- A** burocrático.
- B** oligárquico.
- C** patrimonial.
- D** regulador.
- E** do bem-estar.

QUESTÃO 33

Considere que se deseje implementar uma ação pertinente à transparência na administração pública, com vistas a possibilitar a fiscalização e a participação da sociedade na gestão pública. Nessa situação, seria adequada a ação consistente na

- A** divulgação ativa e clara de informações sobre orçamentos, despesas, contratos, licitações e folha de pagamento
- B** garantia de excelência dos serviços públicos e de compreensão das necessidades e expectativas da administração para a entrega de soluções eficazes ao cidadão
- C** adoção de ferramentas de gestão da qualidade, como a otimização de fluxos de trabalho e a análise de indicadores de desempenho, que melhoram a eficiência na prestação de serviços
- D** capacitação dos servidores públicos, cuja atuação deve ser proativa e resolutiva
- E** utilização de tecnologias inovadoras que agilizem o atendimento ao público, reduzam erros e promovam a acessibilidade dos serviços

QUESTÃO 34

Sabendo que a gestão de pessoas por competências é relevante diante das transformações no mundo do trabalho, que requerem maior adaptabilidade, protagonismo e alinhamento entre os colaboradores e os objetivos do negócio, o setor de gestão de pessoas de uma organização que deseje focar em ações de gestão de pessoas por competências deve privilegiar

- A** comunicação para áreas de *marketing* e atendimento, análise numérica para setores financeiros, raciocínio lógico e organização para funções administrativas.
- B** contratações mais eficientes, desenvolvimento estratégico e gestão baseada em evidências.
- C** trabalho em equipe, adaptabilidade e criatividade.
- D** conhecimentos, habilidades e atitudes.
- E** recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho.

Espaço livre

QUESTÃO 35

Em síntese, pode-se dizer que a rede é uma estrutura capaz de reunir pessoas ou organizações para atingir objetivos comuns que não seriam alcançados se cada participante atuasse isoladamente. No âmbito público, uma rede pode ser conceituada como arranjos multiorganizacionais para resolver problemas que não podem ser abordados, ou abordados facilmente, através de uma única organização.

Ricardo de Souza Moreira. **Redes organizacionais: estruturas capazes de potencializar o alcance de ações estratégicas.** Internet: <repositorio.enap.gov.br> (com adaptações).

No que se refere à comunicação na gestão pública e à gestão de redes organizacionais, aspectos essenciais no contexto abordado no texto anterior, julgue os itens seguintes.

- I Na gestão pública, a comunicação, seja formal, seja informal, deve focar a transparência, o diálogo com o cidadão e a construção de uma administração eficiente e participativa.
- II A gestão de redes organizacionais organiza o fluxo de informações entre diferentes atores para atingir objetivos comuns, sendo a comunicação crucial para a coordenação, coesão e resolução de problemas nessas estruturas complexas.
- III A comunicação na gestão pública fortalece a coesão e a eficácia do trabalho em rede ao garantir que as informações sejam compreendidas e que os diferentes atores estejam alinhados.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 36

Formatação de novas políticas para idosos e mulheres pautam 2º dia do Cuida Mais Paraná

A diretora de Políticas Públicas da Mulher destacou que o debate sobre as políticas para mulheres é fundamental para consolidar a política do cuidado no Paraná. “Precisamos discutir todas as políticas que atravessam o cuidado e reconhecer que essa pauta está diretamente ligada às mulheres. A maior parte das pessoas que cuidam são mulheres, e isso evidencia como essa discussão deve ser central na construção de uma política pública efetiva. Neste evento, celebramos a importância e o protagonismo das mulheres no cuidado, fortalecendo ações que garantam acolhimento, proteção e autonomia”, reforçou.

Internet: <www.parana.pr.gov.br> (com adaptações).

Considerando as etapas do processo de formulação e desenvolvimento de políticas públicas, julgue os itens a seguir.

- I A construção de agenda envolve a identificação e a priorização de problemas sociais que necessitam de ação governamental.
- II A formulação de políticas é a fase em que são propostas e avaliadas soluções para os problemas priorizados, com a elaboração de alternativas e a análise de impactos.
- III A implementação de políticas é a fase em que a política é colocada em prática, sendo as decisões convertidas em ações concretas na realidade.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 37

Determinada organização deve realizar uma análise do ambiente interno, levando em consideração a cultura organizacional, os recursos humanos e a capacidade tecnológica da instituição.

A partir dessa situação, assinale a opção correta.

- A Capacidade tecnológica consiste em agente estratégico na construção, manutenção e evolução da cultura organizacional, além de ser o principal mediador entre os colaboradores e os gestores da organização.
- B Recursos humanos referem-se à competência de uma organização absorver, usar, adaptar e gerar tecnologias para impulsionar a eficiência e a inovação.
- C Cultura organizacional é o elo que prepara os colaboradores para as mudanças tecnológicas, oferecendo treinamento e garantindo o fortalecimento de um aprendizado contínuo.
- D As ferramentas tecnológicas permitem ao setor de recursos humanos (RH) atuar de forma mais estratégica, analisando dados e gerenciando o ciclo de vida do colaborador de maneira mais eficiente, o que fortalece a cultura da organização e impulsiona sua produtividade.
- E Os recursos humanos são um conjunto de hábitos, valores, crenças e práticas compartilhadas que moldam a maneira como as pessoas se comportam e interagem no ambiente de trabalho.

QUESTÃO 38

Considerando a realização, por determinada organização, de análise de ambiente externo, considerando fatores como concorrência, leis governamentais e tendências de mercado, assinale a opção correta.

- A A análise comparativa dos fatores mencionados resulta, necessariamente, em decisões do governo sobre o modo como impostos, taxas de juros e câmbio afetam a oferta e a demanda, o poder de compra dos consumidores e o crescimento econômico geral.
- B As tendências de mercado, impulsionadas por mudanças sociais, tecnológicas e econômicas, indicam o comportamento futuro do consumidor e as direções que o setor está tomando.
- C Entre os fatores descritos, a concorrência é o único que afeta diretamente o ambiente de negócios, podendo influenciar desde a entrada de uma empresa em um novo mercado até a maneira como ela opera.
- D As leis e regulamentações governamentais são processos por meio dos quais empresas disputam a preferência e a lealdade dos consumidores, sendo essencial o entendimento da dinâmica competitiva para que elas se posicionem no mercado, ajustem preços e inovem.
- E As políticas fiscais e monetárias consistem em avaliar os pontos fortes e fracos dos concorrentes em relação aos próprios da organização, envolvendo fatores como preço, qualidade do produto, estratégias de *marketing*, canais de distribuição e atendimento ao cliente.

QUESTÃO 39

Determinada organização contratou um consultor para capacitar sua equipe sobre análise de cenários, ferramenta estratégica que simula diferentes futuros possíveis para uma organização, contribuindo para a previsão de riscos e oportunidades. Nessa situação, o consultor deve esclarecer que a análise de cenários

- A) elimina cenários pessimistas, concentrando-se no entendimento melhor das possíveis consequências de decisões futuras.
- B) não é preparação, mas previsão, pois seu objetivo é adivinhar o futuro e não criar um leque de narrativas futuras possíveis e desenvolver planos de contingência para cada uma delas.
- C) não melhora a tomada de decisão, pois, ao antecipar diferentes resultados, as empresas podem tomar decisões estratégicas que provoquem menor resiliência e adaptabilidade.
- D) lida com a certeza, sendo especialmente valiosa em ambientes de negócios certos e complexos, onde mudanças rápidas e inesperadas geralmente não ocorrem.
- E) identifica variáveis-chave, ao considerar fatores externos (políticos, econômicos, sociais, entre outros) e fatores internos que podem influenciar o futuro de uma empresa.

QUESTÃO 40

O trio Missão-Visão-Valores é frequentemente mal empregado na gestão de empresas. É comum haver companhias com declarações de missão, visão e valores que são meros objetos decorativos.

Internet: <sebrae.com.br> (com adaptações).

Tendo o texto anterior como referência inicial, assinale a opção correta acerca de negócio, missão, visão de futuro e valores como referenciais estratégicos das organizações.

- A) O negócio define-se pelos princípios éticos e pelas crenças que norteiam o comportamento e as decisões dos colaboradores.
- B) Os valores referem-se ao mercado em que a organização atua e aos produtos/serviços que ela oferece.
- C) A visão de futuro é a razão de ser da instituição e serve como base para todas as outras ações, já que define o propósito fundamental da organização.
- D) A missão é a imagem de como a organização se vê no futuro, um objetivo inspirador.
- E) O negócio é o propósito comercial da organização e não se limita ao produto ou ao serviço, estendendo-se à experiência e ao valor que são proporcionados ao cliente.

QUESTÃO 41

Quando se fala em indicadores como medidas de uma realidade, pode-se pensar que existem duas formas de medir. A primeira delas, chamada indicador de desempenho, reflete um resultado do esforço que se faz e onde se pretende atingir um patamar esperado, uma meta.

Internet: <www.stj.jus.br>.

Na avaliação de programas governamentais, os indicadores de desempenho relacionados à capacidade do programa de cumprir os objetivos planejados, de modo que os produtos sejam entregues mediante os meios disponibilizados e com o dispêndio mínimo de recursos e esforços, são indicadores de desempenho do tipo

- A) esforço.
- B) produto.
- C) insumo.
- D) processo.
- E) impacto.

QUESTÃO 42

Hoje, o gerenciamento de projetos vem se fortalecendo cada vez mais. As organizações sabem que precisam gerenciar projetos para obterem sucesso. Estima-se que aproximadamente 25% do PIB mundial seja gasto em projetos e que cerca de 16,5 milhões de profissionais estejam envolvidos diretamente com gerência de projetos no mundo.

Internet: <https://repositorio.enap.gov.br> (com adaptações).

No que diz respeito à elaboração, à análise e à avaliação de projetos, assinale a opção correta.

- A) A matriz de rastreabilidade de requisitos do projeto é confeccionada no decurso do gerenciamento da integração.
- B) Quando o índice de desempenho de prazos de um projeto é maior que 1, isso significa que o projeto está atrasado.
- C) O índice de desempenho de custos mede a eficiência financeira do projeto, comparando o valor do trabalho realizado com os custos reais incorridos.
- D) O *crashing* de projeto permite executar em paralelo tarefas que originalmente seriam sequenciais, o que economiza tempo, mas aumenta os riscos decorrentes da sobreposição de tarefas.
- E) O termo de abertura do projeto é elaborado a partir da fase do gerenciamento do escopo.

QUESTÃO 43

As reformas administrativas e a redefinição do papel do Estado buscam equilibrar o rigor fiscal com a eficiência e a profissionalização dos serviços prestados. Nesse sentido, um exemplo de medida de reforma do aparelho do Estado voltada para a flexibilidade e a responsabilização é a

- A) publicação das tabelas de remuneração apenas dos cargos de chefia, a fim de conciliar controle social e direito à privacidade dos demais servidores.
- B) previsão da eficiência como um princípio administrativo meramente sugestivo, sem impacto na autonomia dos órgãos públicos.
- C) reserva integral de cargos em comissão para servidores de carreira, extinguindo-se a livre nomeação para funções de assessoramento.
- D) exoneração de servidores estáveis como medida inicial e prioritária para o ajuste de contas, independentemente da ocupação de cargos em comissão.
- E) adoção de contratos de gestão que regulamentam a ampliação da autonomia de órgãos e entidades, mediante a fixação de objetivos e metas de desempenho.

QUESTÃO 44

O modelo de governança em rede representa uma resposta à complexidade dos problemas públicos contemporâneos, sendo impulsionado por fatores como a revolução digital e a mudança no perfil da demanda dos cidadãos. Considerando a relação entre essas influências e os conceitos de governo eletrônico (e-Gov), *accountability* e controle social, assinale a opção correta.

- Ⓐ O modelo de governança em rede substitui o conceito de cidadania pelo de consumidor de serviços, o que torna a transparência da administração pública um elemento secundário frente à agilidade da prestação de serviços por terceiros.
- Ⓑ A Revolução Digital atua como um facilitador do governo eletrônico, tendo função limitada à redução de custos operacionais internos, sem relação direta com o fortalecimento do controle social ou da transparência.
- Ⓒ O governo coordenado foca na integração de múltiplas agências para serviços unificados, o que, embora aumente a eficiência, tende a prejudicar a *accountability* vertical, uma vez que a responsabilidade sobre o serviço prestado se torna difusa entre os entes envolvidos.
- Ⓓ A influência da demanda do consumidor reflete-se em um cidadão mais ativo, que exige maior controle sobre suas escolhas e múltiplas formas de acesso à informação.
- Ⓔ O governo, ao delegar a prestação de serviços a organizações não governamentais (ONGs) e empresas privadas, desobriga o Estado de manter mecanismos de *accountability*, visto que, nesse caso, a responsabilidade pelo cumprimento de metas políticas passa a ser exclusivamente do parceiro privado.

QUESTÃO 45

O atual conceito que se possui dos recursos humanos surgiu pela década de 1990, quando teve início a era da informação, a qual proporcionou uma nova visão no que se refere às pessoas.

Robert de Moraes Wyse. *Gestão de Pessoas: dos primórdios à atualidade*. In: *Revista de Ciências Gerenciais*, v. 19, n.º 30, 2015, p. 29-33 (com adaptações).

Considerando os pressupostos que sustentam a gestão de pessoas na atualidade e a sua contribuição para a eficácia organizacional, assinale a opção correta.

- Ⓐ A organização pode considerar as pessoas como parceiros, desde que se centre no retorno financeiro, uma vez que o comprometimento dos trabalhadores é uma obrigação contratual preestabelecida.
- Ⓑ A gestão de pessoas deve priorizar a homogeneização das competências individuais para assegurar que todos os colaboradores funcionem como elementos permutáveis em um processo produtivo.
- Ⓒ A gestão de pessoas contribui para a competitividade organizacional ao tratar as pessoas como o diferencial do negócio, promovendo a autorrealização e a atuação dos colaboradores como um ativo que impulsiona a sustentabilidade da instituição no mercado.
- Ⓓ Dado que as pessoas agregam inteligência ao negócio, a gestão de pessoas deve focar em tratá-las como recursos produtivos, semelhantes às tecnologias avançadas.
- Ⓔ A eficácia organizacional é alcançada quando a gestão de pessoas mantém estruturas e políticas rígidas, evitando mudanças que possam alterar o capital humano existente.

QUESTÃO 46

O almoxarifado da secretaria de fazenda de certo estado apresenta 15% de ruptura, pois faltam itens de alta criticidade operacional, como lacres de segurança, enquanto materiais de escritório constituem estoque excedente para 24 meses.

Diante desse desequilíbrio entre disponibilidade e capital imobilizado, uma estratégia técnica adequada para otimizar o ressurgimento no órgão público em questão é

- Ⓐ utilizar o indicador de antiguidade (*shelf life*) para o controle de reposição, visto que o custo de oportunidade do capital é irrelevante na gestão pública.
- Ⓑ aplicar a classificação XYZ para priorizar itens de alta criticidade e revisar o ponto de pedido, considerando-se o *lead time* estendido dos processos licitatórios.
- Ⓒ realizar compras emergenciais baseadas no lote econômico de compra (LEC), independentemente dos custos de armazenagem e de limitações físicas.
- Ⓓ descentralizar totalmente a gestão de compras para que cada posto fiscal realize suas aquisições de forma autônoma, descartando-se a previsão de demanda centralizada.
- Ⓔ adotar o modelo JIT (*just-in-time*) integral para zerar estoques locais, transferindo-se a responsabilidade da pronta-entrega aos fornecedores de todas as categorias.

QUESTÃO 47

A Comissão de Esporte no Senado Federal pretende aprovar projeto de lei para permitir a promoção de atividades esportivas e paradesportivas gratuitas por organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs).

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta em relação às organizações sociais (OSs) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs).

- Ⓐ O título de OS, diferentemente do de OSCIP, só pode ser outorgado pela administração pública federal, para evitar conflitos de competência entre União, estados e municípios.
- Ⓑ As OSs surgiram no final da década de 90 do século passado, com o objetivo de fortalecer a sociedade civil organizada por meio da figura jurídica do convênio, garantindo maior flexibilidade na gestão de recursos federais.
- Ⓒ Embora sejam autoadministradas e voluntárias, as organizações da sociedade civil necessitam da qualificação de OS ou de OSCIP para serem legalmente constituídas como pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos.
- Ⓓ A qualificação como OSCIP foi introduzida no Brasil como parte integrante do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), com o fim de substituir o modelo de parcerias por contratos de concessão pública.
- Ⓔ As OSs e OSCIPs são organizações de cooperação que permitem a transferência de atividades de interesse coletivo para entidades privadas, visando-se à eficiência na prestação de serviços públicos e ao controle sobre a aplicação de verbas orçamentárias.

QUESTÃO 48

No ciclo de vida de um projeto, a transição entre o planejamento e a realização é mediada pela criação de um plano-base. Esse plano não é apenas uma lista de tarefas, mas um referencial de controle. A respeito do plano-base e das fases do projeto, assinale a opção correta.

- A** O plano-base serve como parâmetro de comparação para as atividades de monitoramento e controle, possibilitando que eventuais desvios de escopo, cronograma ou custo sejam geridos para que o objetivo do projeto seja atingido conforme os critérios de aceitação.
- B** O termo de abertura do projeto define detalhadamente a estrutura analítica do projeto (EAP) e a estimativa de recursos de cada atividade, sendo, por isso, o principal componente do plano-base.
- C** A satisfação do cliente e o apoio dos interessados são fatores externos ao projeto e, portanto, não devem influenciar as atualizações do plano-base durante a fase de controle de mudanças.
- D** O plano-base, uma vez estabelecido na fase de planejamento, torna-se um documento fixo, garantindo que o grau de incerteza do projeto seja eliminado durante a fase de realização.
- E** A fase de realização foca na execução das tarefas técnicas, sendo o monitoramento do progresso e o controle de mudanças atividades restritas à fase de encerramento do projeto.

QUESTÃO 49

O trabalho desenvolvido pela Controladoria-Geral do Município de Curitiba resultou na melhoria dos indicadores de transparência e governança da Prefeitura, com dois reconhecimentos nacionais: o Selo Ouro do Índice de Transparência da Administração Pública (ITP) da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas para o Portal da Prefeitura e a classificação “ótima” no Índice de Transparência e Governança Pública Municipal 2025, da Transparência Internacional – Brasil.

Internet: <www.curitiba.pr.gov.br> (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, acerca de instrumentos de transparência previstos na Lei Complementar n.º 131/2009.

- I A transparência deve ser assegurada mediante o incentivo à participação popular, o que inclui a realização de audiências públicas durante as fases de elaboração e discussão dos planos orçamentários e da lei de diretrizes orçamentárias.
- II No que tange à despesa, a transparência em tempo real exige a disponibilização de informações sobre os atos praticados pelas unidades gestoras, sendo facultada a informação do nome da pessoa beneficiária do pagamento.
- III Os entes da Federação devem disponibilizar informações sobre a receita, abrangendo tanto o seu lançamento quanto o seu recebimento, incluindo os recursos classificados como extraordinários.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 50

Certo deputado protocolou projeto de lei que propõe alterações na Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011) para permitir que congressistas tenham acesso a documentos classificados com qualquer grau de sigilo, no exercício da função fiscalizatória.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta na que se refere à proteção e ao controle de informações sigilosas, conforme a Lei de Acesso à Informação.

- A** O acesso a informação sigilosa restringe-se às pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e realizem o devido credenciamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.
- B** O dever de resguardar o sigilo concretiza-se no cadastramento formal do solicitante junto aos órgãos e entidades estatais, deixando de alcançar quem obtiver a informação fortuitamente.
- C** A responsabilidade por orientar empregados de entidades privadas parceiras do poder público sobre o sigilo é reservado à autoridade pública.
- D** O dever do Estado de proteger informações sigilosas limita-se às informações produzidas pelos seus órgãos, excluindo-se dados apenas custodiados pelo poder público.
- E** Os procedimentos de tratamento de informação sigilosa devem ser definidos por lei, sendo vedada a estipulação via regulamentação.

Espaço livre